

Demonstrações contábeis

**Empresa de Transmissão do Espírito Santo
S.A – ETES**

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009
com relatório dos auditores independentes

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A - ETES

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2010 e 2009

Índice.

Relatório anual de administração.....	01
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	07
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	09
Demonstrações dos resultados e do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
Notas explicativas à demonstrações contábeis.....	14

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A - ETES

Relatório anual da administração

Aos Acionistas

A administração da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentada está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A – ETES tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007 – ANEEL, datado de 20 de abril de 2007 celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas – Verona e subestação Verona (construção) e Mascarenhas (ampliação) em 230 kV localizadas no estado do Espírito Santo.

Em 03 de maio de 2009 entrou em operação comercial o primeiro reforço nas instalações com a implantação do setor 138 kV da subestação Verona 230 kVv/138 kV.

Em 22 de abril de 2009 a ETES foi outorgada através da Resolução Autorizativa nº1890 a implantar reforços com a instalação de um Banco Transformador 230/138kV e módulos de conexão associados, Transformador de Aterramento e módulo de conexão associado na subestação de Verona.

Sistema de transmissão

O sistema da ETES integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL é a operação coordenada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 006/2007, em 15 de maio de 2007.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados p ela ETES apresentando um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

No dia 6 de Julho de 2010 entrou em operação o segundo reforço nas instalações referente a implantação de um Banco de Transformador monofásico 230/138 kV, 3 x 50 MVA e unidade de reserva 50 MVA; um módulo de conexão de transformador 230 kV e arranjo barra dupla a quatro chaves; um módulo de conexão de transformador 138 kV e arranjo barra dupla a quatro chaves; um transformador de aterramento 138 kV - 25 MVA e um módulo de conexão de transformador de aterramento 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves.

Os equipamentos relacionados representaram um investimento de R\$ 15,2 milhões em um investimento total de R\$ 25,7 milhões e acrescentou um aumento de R\$ 3,8 milhões a RAP anual da ETES.

A Companhia passou a adotar a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) , emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Disponibilidade da linha de transmissão

	2010
Dados operacionais:	
Disponibilidade (%)	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado.

A Companhia entrou em operação no dia 12 de dezembro de 2008. Em 2008 a ONS não relatou nenhuma indisponibilidade da ETES.

Em 6 de julho entrou em operação os Bancos Transformadores e demais estruturas e desde então a operação continua sem nenhuma indisponibilidade

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Responsabilidade sócio-ambiental

Em sua fase de pré-operacional e também quando da instalação dos reforços aprovados pela ANEEL a ETES em razão da sua conduta de responsabilidade socioambiental desenvolveu na área de abrangência da Linha de Transmissão uma série de projetos direcionados para o desenvolvimento regional, que foram: Programa de Supervisão/Gestão Ambiental; Programa de controle de erosão; Programa de capacitação da mão de obra; Programa de comunicação social e educação ambiental; Programa de instituição da faixa de servidão; Programa de Monitoramento Sócio-Econômico; Programa de minimização e gerenciamento dos resíduos da construção; Programa de Saúde pública; Programa de recuperação de áreas degradadas; Programa de proteção de fauna silvestre; Programa de salvamento arqueológico e Programa de Controle de tráfego de veículos.

Desde o período de 2010, está sendo realizado um Novo Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) visando minimizar impactos ambientais e salvar espécies nativas característica da Mata Atlântica. Para este projeto estão sendo revegetadas duas áreas no total de 5,41 ha e foram replantadas mais de 5.090 mudas de espécies diversas da Mata Atlântica.

Desempenho econômico-financeiro

Conforme Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, acrescido de despesas de PIS/COFINS, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA.

No exercício, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 5.572 mil (período de 2009, R\$ 2.864 mil - ajustado).

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Liquidez geral	1,52	1,64
Liquidez corrente	1,87	1,32
Relação patrimônio líquido/ ativo total	0,34	0,39
Relação exigível total/ ativo total	0,66	0,61
Relação prejuízo operacional/ patrimônio líquido (%)	20	12
(*) Margem EBITDA (LAJIDA) (%)	-	11

(*) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA (LAJIDA) pela ROL. A ROL consiste em receita bruta menos o PIS, COFINS, RGR e P&D

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Balanco Patrimonial Regulatório X Balanco Patrimonial Societário

	Nota	2010	Ajuste ICPC	2010	2009	Ajuste	2009
		Regulatório	01	Societario	Regulatório	ICPC 01	Societario
Ativo							
Circulante							
Numerário disponível	8	1.487	-	1.487	1.065	-	1.065
Concessionárias e permissionárias	9	1.514	-	1.514	745	-	745
Ativo financeiro de contrato de concessão	10	-	13.416	13.416	-	10.499	10.499
Tributos e contribuições sociais a compensar	11	17	-	17	133	-	133
Devedores diversos		5	-	5	1	-	1
Despesas pagas antecipadamente		16	-	16	-	-	-
Serviços em curso		21	-	21	-	-	-
		<u>3.060</u>	<u>13.416</u>	<u>16.476</u>	<u>1.944</u>	<u>10.499</u>	<u>12.443</u>
Não circulante							
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	-	-	183	-	183
Ativo financeiro de contrato de concessão		-	65.247	65.247	-	48.499	48.499
		<u>-</u>	<u>65.247</u>	<u>65.247</u>	<u>183</u>	<u>48.499</u>	<u>48.682</u>
Permanente							
Imobilizado		69.481	(69.474)	8	54.322	(54.322)	-
Intangível		-	-	-	98	(92)	6
		<u>69.481</u>	<u>(69.474)</u>	<u>8</u>	<u>54.420</u>	<u>(54.414)</u>	<u>6</u>
Total do ativo		<u>72.541</u>	<u>9.189</u>	<u>81.731</u>	<u>56.547</u>	<u>4.584</u>	<u>61.131</u>
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		32	-	32	448	-	448
Empréstimos e financiamentos	12	2.951	-	2.951	7.152	-	7.152
Tributos e contribuições sociais	11	1.078	-	1.078	77	-	77
Dividendos declarados	18.3	497	718	1.215	-	-	-
Obrigações sociais	17	79	-	79	45	-	45
Provisão para compensação ambiental	14	45	-	45	56	-	56
Taxas regulamentares	13	456	-	456	233	-	233
Credores diversos		13	-	14	76	-	76
		<u>5.151</u>	<u>718</u>	<u>5.870</u>	<u>8.087</u>	<u>-</u>	<u>8.087</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	38.659	-	38.659	25.798	-	25.798
Adiantamentos de clientes		71	-	71	52	-	52
Adiantamentos para futuro aumento de capital	15	6.086	-	6.086	2.086	-	2.086
Tributos diferidos	11	-	2.922	2.922	-	1.342	1.342
		<u>44.816</u>	<u>2.922</u>	<u>47.738</u>	<u>27.936</u>	<u>1.342</u>	<u>29.278</u>
Patrimônio líquido							
Capital social	18.1	20.978	-	20.978	20.978	-	20.978
Reservas de lucro		1.596	5.549	7.145	(454)	3.242	2.788
		<u>22.574</u>	<u>5.549</u>	<u>28.123</u>	<u>20.524</u>	<u>3.242</u>	<u>23.766</u>
Total do passivo		<u>72.541</u>	<u>9.189</u>	<u>81.731</u>	<u>56.547</u>	<u>4.584</u>	<u>61.131</u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstração do Resultado Regulatório X Demonstração do Resultado Societário

	2010 Regulatório	Ajustes ICPC- 01	2010 Societário	2009 Regulatório	Ajustes ICPC-01	2009 Societário
Receita operacional bruta	10.498	19.665	30.163	6.386	12.582	18.968
Transmissão de energia	10.498	(10.498)	-	6.386	(6.386)	-
Receita de Concessão de Transmissão	-	2.870	2.870	-	1.517	1.517
Receita de Infra-estrutura	-	16.567	16.567	-	9.160	9.160
Remuneração dos ativos da concessão	-	10.726	10.726	-	8.291	8.291
Deduções da receita operacional	(1.329)	-	(1.329)	(813)	-	(813)
PIS	(174)	-	(174)	(106)	-	(106)
COFINS	(800)	-	(800)	(490)	-	(490)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(263)	-	(263)	(161)	-	(161)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(92)	-	(92)	(56)	-	(56)
Receita operacional líquida	9.169	19.665	28.834	5.573	12.582	18.155
Custo dos serviços prestados	(2.508)	-	(2.508)	(1.324)	-	(1.324)
Custo de construção	-	(16.567)	(16.567)	-	(9.160)	(9.160)
Depreciação / Amortização	(1.508)	1.508	-	(1.147)	1.147	-
	(4.016)	(15.059)	(19.075)	(2.471)	(8.013)	(10.484)
Lucro bruto	5.153	4.606	9.759	3.102	4.569	7.671
(Despesas) receitas operacionais						
Receita financeira	1.746	-	1.746	153	-	153
Despesa financeira	(3.063)	-	(3.063)	(3.801)	-	(3.801)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
	(1.317)	-	(1.317)	(3.648)	-	(3.648)
Resultado operacional	3.836	4.606	8.442	(546)	4.569	4.023
Imposto de renda	(945)	-	(945)	126	-	126
Contribuição social	(345)	-	(345)	57	-	57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.580)	(1.580)	-	(1.342)	(1.342)
	(1.290)	(1.580)	(2.870)	(363)	4.569	4.206
Lucro antes da participação de não controladores	2.546	3.026	5.572	(909)	9.138	8.229
Lucro Líquido do Exercício	2.546	3.026	5.572	(363)	3.227	2.864

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Balço Social

Base de cálculo	2010				2009			
	Valor	FPB	RL	VAT	Valor	FPB	RL	VAT
Receta líquida (RL)								
Lucro operacional (LO)								
Folha de pagamento bruta (FPB)								
Valor adicionado total (VAT)								
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais internos								
Encargos sociais compulsórios	195	36,25%	0,68%	1,38%	107	34,52%	0,59%	1,17%
Assistência Médica e Vale Transporte	50	9,29%	0,17%	0,35%	23	7,42%	0,13%	0,25%
Previdência Privada	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Educação	1	0,19%	0,00%	0,01%	3	0,97%	0,02%	0,03%
Auxílio alimentação	59	10,97%	0,20%	0,42%	41	13,23%	0,23%	0,45%
Outros	44	8,18%	0,15%	0,31%	1	0,32%	0,01%	0,01%
Total	349	64,87%	1,21%	2,47%	175	56,45%	0,96%	1,92%
		% sobre				% sobre		
Indicadores sociais externos (1)								
Doações e contribuições	13	0,18%	0,05%	0,09%	13	0,31%	0,07%	0,14%
Projetos de incentivo à cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos excluídos encargos sociais	1.009	14,11%	3,50%	7,14%	601	14,29%	3,31%	6,59%
	1.022	14,29%	3,54%	7,23%	614	14,60%	3,38%	6,73%
		% sobre				% sobre		
Indicadores ambientais (1)								
Investimentos relacionados à atividade da empresa								
Projetos de preservação ambiental	100	1,40%	0,35%	0,71%	44	1,05%	0,24%	0,48%
Projetos de educação ambiental em comunidades	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Licenças ambientais	-	0,00%	0,00%	0,00%	252	5,99%	1,39%	2,76%
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Manejo de vegetação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
	100	1,40%	0,35%	0,71%	296	7,04%	1,63%	3,25%
		% sobre				% sobre		
Indicadores do corpo funcional (1)								
Empregados no final do período				16				13
Escolaridade dos empregados								
Superior e extensão universitária				5				3
2º Grau				11				10
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos				9				9
De 30 até 45 anos				5				2
Acima de 45 anos				2				2
Admissões durante o ano				4				10
Mulheres que trabalham na empresa				3				2
Negros que trabalham na empresa				0				2
Portadores de deficiências físicas				0				0
Estagiários				0				0
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				8,33%				8,33%
Acidentes de trabalho				Nenhum				Nenhum

Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito da atividade da Companhia.
A Diretoria

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)



Ernst & Young Terco

Condições São Luiz
Av. Dom. José de Góis, 1830
Torre 1 - 8º andar - Jd. São João
04513-000 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 3072-8000
Fax: (5511) 2573-9700
www.ey.com/br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

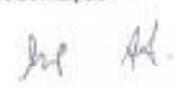
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



7

© Ernst & Young Terco Brasil

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)



Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 ajustado	01/01/09 ajustado
Ativo				
circulante				
Caixa e equivalente de caixa	8	1.487	1.065	1.495
Concessionárias e permissionárias	9	1.514	745	307
Ativo financeiro de contrato de concessão	10	13.416	10.499	6.386
Impostos e contribuições sociais a compensar	11	17	133	8
Devedores diversos		5	1	1
Despesas pagas antecipadamente		16	-	1
Serviços em curso		21	-	-
		16.476	12.443	8.198
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais a compensar	11	-	183	-
Ativo financeiro de contrato de concessão	10	65.247	48.499	40.030
Imobilizado		8	-	-
Intangível		-	6	7
		65.255	48.688	40.037
Total do ativo		81.731	61.131	48.235
Passivo				
circulante				
Fornecedores		32	448	1.758
Empréstimos e financiamentos	12	2.951	7.152	25.671
Tributos e contribuições sociais	11	1.078	77	143
Dividendos declarados	18.3	1.215	-	-
Obrigações sociais	17	79	45	7
Provisão para compensação ambiental	14	-	56	340
Taxas regulamentares	13	456	233	10
Credores diversos		59	76	2.267
		5.870	8.087	30.196
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	38.659	25.798	-
Adiantamentos de clientes		71	52	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	15	6.086	2.086	18.114
Tributos diferidos		2.922	1.342	(26)
		47.738	29.278	18.088
Patrimônio líquido				
Capital social	18.1	20.978	20.978	1
Reservas de lucro		7.145	2.788	(50)
		28.123	23.766	(49)
Total do passivo e patrimônio líquido		81.731	61.131	48.235

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 ajustado
Receita operacional líquida	19	28.834	18.155
Custo de operação		(19.075)	(10.484)
Lucro Bruto		9.759	7.671
Despesa financeira			
Receita financeira		1.746	153
Despesa financeira		(3.063)	(3.801)
		(1.317)	(3.648)
Resultado operacional		8.442	4.023
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		8.442	4.023
Provisão sobre o resultado do exercício	20		
Imposto de renda pessoa jurídica - corrente		(945)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(345)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(1.580)	(1.185)
		(2.870)	(1.185)
Lucro do exercício	18.3	5.572	2.838
Lucro líquido por lote de mil ações no final do exercício - R\$		0,27	0,14
Quantidade de ações ao final do exercício, por lote de mil ações		20.978	20.978

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucro			Lucros / Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de dividendos não distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1	-	-	(91)	(90)
Ajuste pela mudança de prática contábil	-	-	-	41	41
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1	-	-	(50)	(49)
Aumento de capital aprovado em RCA de 16/03/09	20.977	-	-	-	20.977
Lucro Líquido no exercício	-	-	-	2.838	2.838
Lucro remanescente � disposi�o da assembleia	-	-	2.788	(2.788)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	20.978	-	2.788	-	23.766
Lucro Líquido no exercício	-	-	-	5.572	5.572
Destina�es propostas:					
Reserva Legal	-	279	-	(279)	-
Dividendos	-	-	-	(1.324)	(1.324)
Lucro remanescente � disposi�o da assembleia	-	-	3.969	(3.969)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.978	279	6.757	-	28.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro e 2010 e 2009. (Em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009 ajustado</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.572	2.879
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	1.630	1.265
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.477	527
Baixa de Ativos	40	24
	<u>8.719</u>	<u>4.695</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber	(770)	-
Contas a receber ativo financeiro	(2.917)	(4.113)
Partes Relacionadas	-	(438)
Impostos a recuperar	116	(125)
Despesas pagas antecipadamente	(16)	1
Outros ativos circulantes	(25)	-
Contas a receber ativo financeiro	(16.748)	(8.469)
Tributos diferidos	-	(183)
Outros realizáveis a longo prazo	184	-
	<u>(20.176)</u>	<u>(13.327)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(416)	(1.310)
Taxas Regulamentares	223	223
Obrigações sociais	44	38
Provisão para compensação ambiental	(12)	-
Contribuições e impostos a recolher	992	(66)
Outros passivos circulantes	(62)	(1.978)
Tributos diferidos	1.580	1.342
Outros exigíveis a longo prazo	19	52
	<u>2.368</u>	<u>(1.699)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(9.089)</u>	<u>(10.331)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(8)	-
Aplicações no intangível	-	(6)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	<u>(8)</u>	<u>(6)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	4.949
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	16.305	34.154
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(10.786)	(29.196)
	-	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>9.519</u>	<u>9.907</u>
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>422</u>	<u>(430)</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.064	1.065
Saldo no final do exercício	<u>1.486</u>	<u>1.495</u>
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	422	(430)

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009 Ajustado
Receitas		
Receita de concessão de transmissão	2.870	1.517
Receita de infra-estrutura	16.567	9.160
Remuneração dos ativos da concessão	10.727	8.291
	<u>30.164</u>	<u>18.968</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(1.210)	(725)
Materiais	(98)	(45)
Custos de infra-estrutura	(16.567)	(9.160)
Outros custos operacionais	(40)	(73)
	<u>(17.915)</u>	<u>(10.003)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	1.746	153
	<u>1.746</u>	<u>153</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>13.995</u>	<u>9.118</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	538	310
Benefícios	158	65
Auxílio alimentação	60	41
Assistência médica e odontológica	48	21
Vale transporte	2	2
Previdência privada	4	-
Outros	44	1
FGTS	44	23
	<u>740</u>	<u>398</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.474	2.055
INSS	151	83
Encargos do consumidor	355	217
Imposto de renda e contribuição social	1.292	(183)
PIS e COFINS	974	596
Contribuição sindical/patronal	20	-
Tributos diferidos	1.580	1.342
Outros impostos e taxas	102	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	3.006	3.592
Aluguéis	146	-
Outras despesas financeiras	57	209
	<u>3.209</u>	<u>3.801</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	5.572	2.864
	<u>5.572</u>	<u>2.864</u>
	<u>13.995</u>	<u>9.118</u>
Valor adicionado médio por empregado	<u>884</u>	<u>701</u>
Número de empregados	<u>16</u>	<u>13</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1- Contexto operacional

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES foi constituída em 19 de dezembro de 2006 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação do sistema de transmissão são realizados pela ETES e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A através de acordo operacional e os serviços de manutenção são realizados pela ETES.

2- Concessões

Pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 006/2007 - ANEEL, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas - Verona e subestação Verona (construção) e Mascarenhas (ampliação) em 230 kV localizadas no Estado do Espírito Santo.

Em 12 de dezembro de 2008, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória Nº 1021 de 29 de junho de 2010 é de R\$ 12.088 referente ao ciclo 2010/2011 e R\$ 6.260 (pró-rata) referente ao ciclo 2009/2010, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento esta não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

Até o presente momento, todas as obrigações contratuais decorrentes dos contratos de concessão de transmissão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, e a Administração não tem conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula dos contratos de concessão.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3- Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em reunião de diretoria, realizada 15 de março de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Com a adoção das novas práticas contábeis, a Companhia obteve resultado recorrente aos ativos financeiros.

4. Demonstrações contábeis 2009

Em 2009, as demonstrações contábeis da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários -demonstrações contábeis CVM e emitidos em 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações contábeis de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

5. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritivas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis com finalidade da transição para CPC s.

a) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

Excepcionalmente, as contas garantidas vinculadas a financiamento de longo prazo, quando existirem, são apresentadas no balanço patrimonial como contas redutoras dos empréstimos, no passivo circulante, por tratar-se de "covenants" contratuais definidas pelo agente financiador.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

b) Imobilizado (nota 11)

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros e das variações monetárias de empréstimos e financiamentos incorridos durante a construção e vinculados às imobilizações em curso, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear por categoria de bem, conforme resolução nº 367 ANEEL/2009.

c) Intangível (nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base na taxa 10% a.a.

d) Ativos financeiros (nota 10)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros registrados no patrimônio das concessionárias transmissoras de energia elétrica são originários da aplicação da norma contábil ICPC 01 e o OCPC 05 – Contratos de Concessão. Ao analisar esses normativos verifica-se que:

- I) Com base no entendimento da maioria desses contratos e nos itens 15, 16 e 19 da ICPC 01 e ainda nos itens BC42, BC43, BC49 e BC54 da IFRIC 12, o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro;
- II) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é realizada, ou seja, recebida e/ou auferida, pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização, ou seja, o transporte de energia pelos usuários dos sistemas de transmissão não existindo, portanto, risco de demanda para a empresa de transmissão;
- III) O poder concedente delegou aos usuários dos sistemas de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por se garantir pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

- IV) A parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa;
- V) A parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, garantida no contrato de concessão, está incluída no modelo de fluxo de caixa, e está reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

e) - Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) - Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e serviços e encargos referente a construção da linha de transmissão de energia elétrica.

As contas a pagar a fornecedores, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

g) Imposto de Renda e contribuição social diferidos (nota 13)

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis - Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados,

usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i) Apuração de resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos regulatórios e setoriais, dos abatimentos e dos descontos, quando for o caso.

Receita da transmissão

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de Implantação da Infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de Concessão de Transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

j) - Instrumentos financeiros (nota 24)

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

k) - Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação da CVM nº 640/10.

l) Capital social (nota 20.1)

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações

m) Dividendos (nota 20.3)

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

n) - Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão são vinculados a esse serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos, ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução da ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para a desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinadas à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para a concessão.

o) – Redução do valor recuperável dos ativos – CPC01

Visa a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo, por uso das operações da entidade ou na sua eventual venda.

p) – Resultado por ação

Calculado com base no número de ações do capital social integralizado em circulação, na data do balanço.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

q) – Pronunciamentos ainda não vigentes com potencial impactos nas demonstrações contábeis da Companhia .

Alguns novos procedimentos contábeis do International Accounting Standards Board - IASB foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011 e a harmonização com as práticas contábeis no Brasil também ocorrerá nos mesmos exercícios. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial., conforme segue:

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo,

baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis.

Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

6.1- Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Reconhecimento de receita

Em 2010, o Grupo reconheceu suas receitas em de acordo com o ICPC 01 e definiu como “modus operandi” as orientações do OCPC 05 e que são:

- a) Aplicação retroativa a todos os contrato de concessão vinculados à essas demonstrações financeiras de forma a evitar distorções na apuração da taxa efetiva de juros para remuneração do ativo financeiro relacionado à construção da infraestrutura;

Definição do critério para alocação da receita da infraestrutura e da operação e manutenção do total dos contratos conforme abaixo:

- I- Retrospectivamente pelos valores incorridos e escriturados na contabilidade das empresas concessionárias;
 - II- Prospectivamente por valores projetados baseado em cenários econômicos futuros de inflação, até o final de cada contrato de concessão;
- b) Apuração, separada, da remuneração incorrida da parcela do ativo financeiro da infraestrutura, da operação e da manutenção pela aplicação da taxa efetiva de juros calculada em de acordo com os critérios definidos no item anterior;
 - c) Separar do valor do faturamento mensal a parcela referente à recuperação dos custos de operação e manutenção e da parcela referente à recuperação do saldo do ativo financeiro e que foi considerada como amortização do contas à receber da concessão;

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

7. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data da transição.

7.1 - Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009.

	Publicado	2009 Ajustes	Ajustado
Ativo			
Circulante			
Numerário disponível	1.065	-	1.065
Concessionárias e permissionárias	745	-	745
Ativo financeiro de contrato de concessão	-	10.499	10.499
Tributos e contribuições sociais a compensar	133	-	133
Devedores diversos	1	-	1
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-
	<u>1.944</u>	<u>10.499</u>	<u>12.443</u>
Não circulante			
Tributos e contribuições sociais a compensar	183	-	183
Ativo financeiro de contrato de concessão	-	48.499	48.499
	<u>183</u>	<u>48.499</u>	<u>48.682</u>
Permanente			
Imobilizado	54.322	(54.322)	-
Intangível	98	(92)	6
	<u>54.420</u>	<u>(54.414)</u>	<u>6</u>
Total do ativo	<u>56.547</u>	<u>4.584</u>	<u>61.131</u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>Publicado</u>	<u>2009</u> <u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	448	-	448
Folha de pagamento	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	7.152	-	7.152
Tributos e contribuições sociais	77	-	77
Dividendos declarados	-	-	-
Obrigações estimadas	38	-	38
Provisão para compensação ambiental	56	-	56
Taxas regulamentares	233	-	233
Credores diversos	76	-	76
	<u>8.087</u>	<u>-</u>	<u>8.087</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	25.798	-	25.798
Adiantamentos de clientes	52	-	52
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.086	-	2.086
Tributos diferidos	-	1.342	1.342
	<u>27.936</u>	<u>1.342</u>	<u>29.278</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20.978	-	20.978
Reservas de lucro	(454)	3.242	2.788
	<u>20.524</u>	<u>3.242</u>	<u>23.766</u>
Total do passivo	<u><u>56.547</u></u>	<u><u>4.584</u></u>	<u><u>61.131</u></u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Publicado	01/01/2009	Ajustado
		Ajustes	
Ativo			
Circulante			
Numerário disponível	1.495	-	1.495
Concessionárias e permissionárias	307	-	307
Ativo financeiro de contrato de concessão	-	6.386	6.386
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	-	8
Devedores diversos	1	-	1
Despesas pagas antecipadamente	1	-	1
Serviços em curso	-	-	-
	<u>1.812</u>	<u>6.386</u>	<u>8.198</u>
Não circulante			
Tributos e contribuições sociais a compensar	-	-	-
Ativo financeiro de contrato de concessão	-	40.030	40.030
	<u>-</u>	<u>40.030</u>	<u>40.030</u>
Permanente			
Imobilizado	46.296	(46.296)	-
Intangível	112	(105)	7
	<u>46.408</u>	<u>(46.401)</u>	<u>7</u>
Total do ativo	<u>48.220</u>	<u>15</u>	<u>48.235</u>
	Publicado	01/01/2009	Ajustado
		Ajustes	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.758	-	1.758
Folha de pagamento	1	-	1
Empréstimos e financiamentos	25.671	-	25.671
Tributos e contribuições sociais	143	-	143
Dividendos declarados	-	-	-
Obrigações estimadas	6	-	6
Provisão para compensação ambiental	340	-	340
Taxas regulamentares	10	-	10
Credores diversos	2.267	-	2.267
	<u>30.196</u>	<u>-</u>	<u>30.196</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	18.114	-	18.114
Tributos diferidos	-	(26)	(26)
	<u>18.114</u>	<u>(26)</u>	<u>18.088</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	1	-	1
Reservas de lucro	(91)	41	(50)
	<u>(90)</u>	<u>41</u>	<u>(49)</u>
Total do passivo	<u>48.220</u>	<u>15</u>	<u>48.235</u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

7.2 - Reconciliação da Demonstração do Resultado do Exercício.

	2009		
	Publicado	Ajustes ICPC-01	Ajustado
Receita operacional bruta	6.386	12.582	18.968
Transmissão de energia	6.386	(6.386)	-
Receita de Concessão de Transmissão	-	1.517	1.517
Receita de Infra-estrutura	-	9.160	9.160
Remuneração dos ativos da concessão	-	8.291	8.291
Deduções da receita operacional	(813)	-	(813)
PIS	(106)	-	(106)
COFINS	(490)	-	(490)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(161)	-	(161)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(56)	-	(56)
Receita operacional líquida	5.573	12.582	18.155
Custo dos serviços prestados	(1.324)	-	(1.324)
Custo de construção	-	(9.160)	(9.160)
Depreciação / Amortização	(1.147)	1.147	-
	(2.471)	(8.013)	(10.484)
Lucro bruto	3.102	4.569	7.671
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas financeiras	(3.648)	-	(3.648)
Receitas de aplicações financeiras	153	-	153
Despesa Financeira	(3.801)	-	(3.801)
	(3.648)	-	(3.648)
Resultado operacional	(546)	4.569	4.023
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	(546)	4.569	4.023
Imposto de renda	126	-	126
Contribuição social	57	-	57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.342)	(1.342)
	183	(1.342)	(1.159)
Lucro antes da participação de não controladores	(363)	3.227	2.864
Lucro Líquido do Exercício	(363)	3.227	2.864

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Descrição dos principais ajustes e reclassificações que afetaram as demonstrações contábeis da Companhia:

(a) Imobilizado: reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão da Companhia de transmissão de energia entre ativo imobilizado e ativo financeiro, por conta da adoção ICPC 01.

A partir de 01 de janeiro de 2010 a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente, sendo recalculado os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Contudo, os valores registrados correspondem ao valor residual do investimento realizado na construção. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

8. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e depósitos à vista	80	178	1.495
Aplicações financeiras	1.407	887	-
	<u>1.487</u>	<u>1.065</u>	<u>1.495</u>

O caixa compreende numerário e depósitos bancários disponível em mãos. Os equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com prazo menor que noventa dias e que são prontamente conversíveis em caixa, exceto aplicação em Fundo de Investimento denominado Itaú Trustee Soberano Referenciado DI que é aplicação com prazo maior que 90 dias.

A rentabilidade das aplicações financeiras esta atrelado à variação do CDI e tem liquidez diária. A aplicação em Fundo denominado Itaú Trustee Soberano Referenciado DI segue a rentabilidade de 95% atrelado a variação do DCI e 5% variação de Títulos Públicos Federais. Ambas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações reconhecidas, em base "pró rata temporis", em linha com os valores de realização, proporcionalmente, até a data das demonstrações financeiras, sendo que o Itaú Fundo Trustee Referenciado DI na presente data esta apresenta o valor de R\$ 1.186.

9. Concessionárias e permissionárias

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Devido às características das atividades da Companhia, não existe praticamente histórico de inadimplência, portanto, não existe a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ainda, por conta das faturas terem prazo de vencimento de 15 a 35 dias, o resultado do cálculo do valor presente é irrelevante.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias era de R\$1.514 e R\$745, respectivamente.

	<u>31/10/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	<u>1.514</u>	<u>745</u>	<u>306</u>

10. Ativo financeiro de contrato de concessão

Saldo em 01/01/2009	<u>46.416</u>
Receita de infraestrutura	9.160
Remuneração de ativos de concessão	8.291
Baixas	<u>(4.869)</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>58.998</u>
Receita de infraestrutura	16.567
Remuneração de ativos de concessão	10.727
Baixas	<u>(7.629)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>78.663</u>
Ativo financeiro indenizável no período de concessão	58.742
Ativo financeiro indenizável ao final da concessão	<u>19.921</u>
	<u>78.663</u>
Ativo circulante	13.416
Ativo não circulante	<u>65.247</u>
	<u>78.663</u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

11. Impostos e contribuições sociais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ativo Circulante			
IRRF sobre aplicações financeiras	-	29	-
PIS a compensar	-	1	-
IRRF s/ serviços prestados a recuperar	-	18	8
CSSL a recuperar (Lei 10.833)	-	13	-
Cofins a recuperar (Lei 10.833)	4	40	-
Pis a recuperar	1	9	-
CSSL a compensar	-	1	-
Saldo negativo de IRPJ ano calendário 2008	-	9	-
ISS a compensar	2	2	-
Crédito de PIS e COFINS não cumulativo	10	11	-
	<u>17</u>	<u>133</u>	<u>8</u>
Ativo não Circulante			
IRPJ – Diferido	-	126	-
CSSL – Diferido	-	57	-
	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>-</u>
	<u>17</u>	<u>316</u>	<u>8</u>
Passivo			
Circulante			
PIS	44	10	5
COFINS	203	44	23
INSS	19	12	3
Outros	812	11	112
	<u>1.078</u>	<u>77</u>	<u>143</u>
Não Circulante			
IR e CS diferidos	2.922	1.342	(26)
	<u>4.000</u>	<u>1.419</u>	<u>117</u>

12. Empréstimo e financiamentos

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	2010			2009	
	Principal	Circulante Encargos	Total	Não circulante	Total
Moeda nacional					
BNDES -	841	93	934	23.806	26.826
BNDES - Subcredito A	252	60	312	3.231	
BNDES - Subcredito B	1.378	127	1.505	11.823	
Itaú BBA	-	-	-	-	6.124
Total	2.471	280	2.751	38.860	32.950

O empréstimo do BNDES, aderido em 04 de maio de 2009, com liberação no dia 27 de maio de 2009, está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 2,37% a.a, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão.

O empréstimo junto ao BNDES, firmado em 29 de dezembro de 2009, teve seu crédito dividido em 2 (dois) subcréditos, sendo: "Subcrédito A" sujeito a incidência de juros de 2,38% ao ano acrescido da variação da TJLP, com vencimento em 15 de fevereiro de 2023, e "Subcrédito B" sobre o qual é incidido uma taxa de 4,50% ao ano, com vencimento em 15 de Outubro de 2019. Ambos os subcréditos foram liberados parcialmente no dia 27 de abril de 2010, com liberação concluída em 07 de maio de 2010, e estão sob as mesmas obrigações do contrato assinado previamente.

Os contratos com o BNDES nos exigem manter certos índices financeiros e cumprir outras obrigações específicas. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Vencimento por exercício (BNDES)	R\$
2012	3.770
2013	3.770
2014	3.770
2015	3.770
2016	3.770
Após 2016	20.010
	38.860

13. Taxas regulamentares

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Quota de reserva de reversão - RGR	312	169	7
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	78	31	3
Taxa de fiscalização ANEEL	66	33	-
Total	<u>456</u>	<u>233</u>	<u>10</u>

14. Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causados por suas atividades. Assim em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o montante previsto em compensação ambiental é R\$ 45 e R\$ 56 respectivamente.

15. Partes Relacionadas

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital foram realizados pela controladora Alupar Investimentos S/A.:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Passivo Circulante</u>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>6.086</u>	<u>2.086</u>	<u>18.114</u>
Total	<u>6.086</u>	<u>2.086</u>	<u>18.114</u>

16. Remuneração dos administradores

De acordo com nosso estatuto social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da nossa diretoria.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da nossa diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa.

Para os exercícios de 2010 e 2009, a remuneração dos diretores estatutários, composta por remuneração fixa, é de R\$ 109 mil e R\$ 15 mil, respectivamente.

17. Obrigações sociais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Folha de Pagamento	9	7	1
Obrigações estimadas	70	38	6
Total obrigações sociais	<u><u>79</u></u>	<u><u>45</u></u>	<u><u>7</u></u>

Na rubrica obrigações estimadas estão contempladas as provisões de férias e respectivos encargos sociais.

18. Patrimônio Líquido

18.1- Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 20.978 representados por 20.978 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>% do capital social</u>
Alupar Investimento S/A	20.977.997	99,99%
Membros do conselho de administração	3	0,01%
	<u><u>20.978.000</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

18.2 Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

	2010
Lucro líquido apurado no exercício	2.546
(-) Prejuízo do exercício anterior	(454)
(=) Lucro acumulado	2.092
	<hr/>
Cálculo reserva legal (5% lucro líquido)	105

18.3 Destinação do lucro

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2010, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo nº 202 Lei das S/A 64.404 de 15/12/1976 e está sob expectativa de aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

A Administração da Companhia decidiu por propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, para o lucro líquido apurado no exercício de 2010, devido ao mesmo ser integralmente reflexo da adoção das novas práticas contábeis, não havendo previsão de sua realização financeira no exercício subsequente,

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da empresa na ocasião.

Qualquer suspensão do dividendo obrigatório deverá ser apreciada pelo Conselho Fiscal.

O lucro líquido não distribuído pela empresa em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido apurado no exercício	5.572	2.838
Destinação do Lucro		
Reserva Legal	(279)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.324)	-
Reserva de lucros	<u>3.969</u>	<u>2.838</u>

Saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após a apropriação da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 3.969

19 . Receita Operacional Líquida

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
		Ajustado
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	2.870	1.517
Receita de infra-estrutura	16.567	9.160
Remuneração dos ativos da concessão	<u>10.726</u>	<u>8.291</u>
	<u>30.163</u>	<u>18.968</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(174)	(106)
COFINS	(800)	(490)
Quota para RGR	(263)	(161)
P&D	<u>(92)</u>	<u>(56)</u>
	<u>(1.329)</u>	<u>(813)</u>
Receita operacional líquida	<u>28.834</u>	<u>18.155</u>

20. Imposto de renda e contribuição social

Após a adoção das novas práticas contábeis a Empresa obteve imposto de renda e contribuição social diferidos recorrente a receita do ativo financeiro indenizável.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro antes da tributação	8.442	4.023
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(2.870)	(1.368)
Adições permanentes:		
Outros	-	209
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.870)</u>	<u>(1.159)</u>
Alíquota efetiva	34%	29%

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade .

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2010 estão assim distribuídos:

<u>Natureza do Risco</u>	<u>Coberturas</u>	<u>Prêmio</u>
Cobertura riscos nomeados Subestação Verona	5.405	27
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	1.000	14
Seguro Garantia / Exec. Fornecimento	1.516	18
	<u>7.921</u>	<u>59</u>

22. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não diferem daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não teve contratos envolvendo operações com derivativos.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

A Companhia possui os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

Este risco é mitigado pela utilização de aplicações financeiras conservadoras e de liquidez imediata, evitando, também, a concentração em uma única instituição financeira.

- Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

23. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

A Companhia apresenta saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, ativo financeiro indenizável e fornecedores.

Durante o exercício a Companhia efetuou aplicações financeiras e em 31 de dezembro de 2010, o saldo de aplicação financeira em renda fixa é de R\$ 1.407 e 2009 R\$ 887.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Composição do Conselho de Administração

José Luiz de Godoy Pereira – Presidente
César Luiz de Godoy Pereira – Conselheiro
Guilherme Martins de Godoy Pereira - Conselheiro

Composição da Diretoria

Enio Luigi Nucci - Diretor Técnico
João Antonio Pinheiro Sampaio Meireles - Diretor Administrativo Financeiro

Silvana Conceição Oliveira dos Santos
Contadora CRC PE nº 1-13.628."S" -SP